



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO Nº 001569

Folha: 01/3

2. AGENDAS: 01 FEAM 02 IEF 03 IGAM Hora: 17:59 Dia: 30 Mês: julho Ano: 2010

3. Motivação: () Denúncia () Ministério Público () Poder Judiciário () Operações Especiais do CGFAI SUPRAM () COPAM/CRH () Rotina

4. Finalidade
FEAM: () Condicionantes Licenciamento () AAF () Emergência Ambiental () Acompanhamento de projeto () Outros
IEF: () Fauna () Pesca () DAIA () Reserva Legal () DCC () APP () Danos em áreas protegidas Outros
IGAM: Outorga () Outros

5. Identificação
01. Atividade: *Carta a céu aberto com tratamento a úmido - número de ferro*
02. Código: A-02-04-0
03. Classe: 6 04. Porte: C
05. Processo nº: 42/82/33/05 06. Orgão: SUPRAM CM 07. () Não possui processo
08. Nome do Fiscalizado: USIMINAS 09. () CPF: 10. (X) CNPJ: 60.844.730/0001-7
11. RG: - 12. CNH-UF: - 13. () RGP () Tit. Eleitoral: -
14. Placa do Veículo - UF - 15. RENAVAM - 16. Nº e tipo do documento ambiental: -
17. Nome Fantasia: USIMINAS 18. Inscrição Estadual - UF: -
19. Endereço de Fiscalizado: *Rua Prof. José Vieira de Mendonça* 20. Nº / Km: 3011 21. Complemento: -
22. Bairro/Logradouro: *Engenheiro Antônio* 23. Município: *Belo Horizonte* 24. UF: *MG*
25. CEP: *31310-260* 26. Cx. Postal: - 27. Telefone: *31 3499-8000* 28. E-mail: -

6. Local da Fiscalização
01. Endereço: *Fazenda Samambambá*
02. Nº / Km: *Nm* 03. Complemento: *Zona Rural* 04. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade: -
05. Município: *Itapecuru* 06. CEP: *35685-000* 07. Telefone: *3572-4100*
08. Referência do Local: -

9. Coordenadas
Geográficas: DATUM WGS 84
() SAD 69
() Córrego Alegre
Planas (UTM): FUSO 22 () 23 () 24 ()
Latitude: Grau: Minuto: Segundo: X (6 dígitos) = 561 375
Longitude: Grau: Minuto: Segundo: Y (7 dígitos) = 777 3348

10. Croqui de acesso:

7. 01. Assinatura do Agente Fiscalizador: *Érika Barbosa*
02. Assinatura do Fiscalizado: *[Signature]*

0092/82/047/2010

13,1 160
156 330

Foi visto o informado que os pontos visitados referentes aos processos de outorga de número - 15241/2009 - 15349/2009 - 15239/2009 - 02828/2010 - 06386/2009 - 15545/2009 e 15250/2009 de coordenadas SAD 69, 23K, $x_1 = 556272$; $y_1 = 7770366$ (mina oeste), $x_2 = 556742$; $y_2 = 7770601$ (mina oeste), $x_3 = 556940$; $y_3 = 7770676$ (mina oeste), $x_4 = 561415$; $y_4 = 7773863$ (mina central), $x_5 = 561541$; $y_5 = 7773487$ (mina central), $x_6 = 561883$; $y_6 = 7774564$ (mina central). Todos os poços já estão instalados no entanto não encontram-se em funcionamento. As pilhas de mina e asfalto aparentemente estão construídas conforme norma técnica e em estágio vigente. Nas proximidades da oficina mecânica existe uma obra em um ramiframento onde a montanha está a pilha de rejeito oficina e abaixo não existe nenhum tipo de contenção de furos. As pontas de aterro pains e mazano foram visitadas sendo que a ponta de aterro mazano está necessitando de obra emergencial pois seus sedimentos estão indo para o córrego (parque) além de sua estabilidade estar comprometida. A ponta de aterro pains está sendo operada, porém como não está atendendo as normas vigentes, o empreendimento não poderá mais continuar dispendo esteril rejeito na mesma. Na área de entorno da mina foram encontrados focos erosivos, sendo que em um deles foi construído um muro de arrimo, no entanto o ramiframento não foi estabilizado. A barragem central está sofrendo alteração e este será de 5 metros. Será julgado do RADA referente a este auto os seguintes procs. 25 de APP de número 092/82/032/1999 e 092/82/032/2002. A vegetação a ser suprimida pela alteração da barragem central é caracterizada como Floresta Estacional Semidecidual aberta mente em estágio médio, cerrado sensu stricto e campo sujo, totalizando uma área de aproximadamente 6,5 ha. Ainda para o alargamento será necessária intervenção em área de preservação permanente em aproximadamente 0,5 ha. Para a reconformação da pilha mazano será necessária supressão de vegetação nativa caracterizada por cerrado, totalizando uma área de aproximadamente 6,5 ha. Será necessária intervenção em APP de declividade em aproximadamente 1,0 ha. Já para o avanço da lava covões semisa será necessária supressão de vegetação nativa caracterizada como Floresta Estacional Semidecidual praticamente em estágio médio, cerrado e campo sujo, totalizando área de aproximadamente 8 ha. Nesta área as espécies de canjeia (*Eriochloa*), *Incandusa* e *Eriochloa* (*Stylosanthes*) são abundantes. Para o avanço será necessária intervenção em APP de declividade em uma área de 2,9 ha. Foi visitada a UTM da Mina Central. As áreas de acesso necessitam de obras com maior frequência. Quanto às condicionantes: condicionante 1: foi necessária a reabilitação das frentes de lava; condicionante 2: foi necessária a existência de bota-faca no decreto Maromão. A pilha de rejeito não foi construída; condicionante 3: o antigo depósito de rejeito encontra-se rejeitada naturalmente não foi reabilitado. Foi observado, ainda, a presença do Dique Maromão atrelado com áreas de vegetação que 1 ha) de vegetação caracterizada como floresta estacional semidecidual, parcialmente devido a encastamento de rochas movimentadas pela precipitação; condicionante 4: o Maciço do DC-

8. RELATÓRIO SUCINTO

9. ASSINATURAS

01. Servidor (Nome Legível): Erika Cristina Borba Pereira	MAASP: 1195962-4	Assinatura: Erika Cristina Borba Pereira
Orgão: <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome Legível): Ricardo Mundana Pereira	MAASP: 1226968-4	Assinatura: Ricardo Mundana Pereira
Orgão: <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome Legível): Gerson da Silva Raposo	MAASP: 1227144-1	Assinatura: Gerson da Silva Raposo
Orgão: <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		

Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização

04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado: Emerson Florença	Função / Vínculo com o Empreendimento: Gerente de Meio Ambiente
Assinatura: Emerson Florença	



FOLHA DE CONTINUAÇÃO Nº:

1. RELATÓRIO SUCINTO

encontra-se recuperado. Foi verificada a necessidade de construção de gabião no vertedouro deste dique, condicionante 6. O DQ-65 também denominar-se Dique da Mineira, por contribuir a receber contribuições de terceiros (MBL) da Mina de Sítio. Foi informado de que o licenciamento da Mina de Sítio encontra-se em fase de validação de EIA, condicionante 9. A pilha de estéril PE-05 e o dique DQ-104 não foram construídos. Durante a vistoria foram percorridos os pontos de monitoramento: 12 (acesso do dique), 4 (Barragem de repito), 11 (diq. da divisa, que está assoreado e de contribuição da USIMINAS - da pilha da Arcelor Mittal - em Minas Stationery. Foi informado que este dique foi cadastrado na FEAM pela Arcelor Mittal), 6 (Dique 1), 7 (Dique 2), 8 (Dique que encontra-se em obras de desassoreamento, a jusante da pilha Mazara), 10 (Dique da Divisa, a jusante da pilha de Divisa), 09 (Dique 13 de Pains). Foram entregues ao empreiteiro as seguintes documentações: "projeto pilha Mazara", em arquivo digital, "Laudo de Segurança Pilha Mazara", de Ago/2003, "Especificações Técnicas para Alinhamento da Barragem de Contribuição de Repito", de Nov/2009, "Termo de Responsabilidade Técnica", de Nov, dia 06 IEF, cópia dos documentos de protocolos FEAM 0118/2003, 201651/2003, 031092/2003, "Laudo de Assinatura Técnica para Fins de Exploração Minerária", do IEF, "Correspondência Externa nº 028109-SPAM e nº 276109-SPAM", da COPASA.

Folha de Continuação: () Sim (X) Não

2. ASSINATURAS

Servidor Credenciado (Nome Legível):	MASP / Nº PM	Assinatura
1. Erika Pereira Órgão/Entidade: <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD () FEAM () IEF () IGAM () PMMG	1195962-4	Erika Borborema
2. Regina Pereira Órgão/Entidade: <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD () FEAM () IEF () IGAM () PMMG	1226968-4	Regina Pereira
3. Gleisson Rafael Órgão/Entidade: <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD () FEAM () IEF () IGAM () PMMG	1227344-1	Gleisson

Recebi 1ª via(s) desta Folha de Continuação de Auto de Fiscalização

Fiscalizado / Representante do Fiscalizado: Emerson Florencio
 Função/Vínculo com o empreendimento: Gerente de Meio Ambiente Assinatura: Emerson Florencio



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HIDRICOS - SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº: 51317

Folha 1/2

Vinculado ao:

Auto de Fiscalização nº 093569

Boletim de Ocorrência nº

Lavrado em Substituição ao AI nº

2. Agenda:

FEAM

IEF

IGAM

3. Órgão Autuante:

FEAM

IGAM

IEF

PMMG

SUPRAM



4. Penalidades Aplicadas: 1- Advertência 2- Multa Simples 3- Multa Diária 4- Apreensão 5- Embargo: de Obra ou de Atividade
6- Suspensão: de Atividade de Venda de Fabricação 7- Demolição obra 8- Restritiva Direitos
As penalidades deverão ser descritas no campo 14.

5. Autuado

Nome do Autuado/ Empreendimento

USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS/BLOCO MINA CENTRAL

CPF CNPJ

60.894.730/0057-60

RG

RGP

Título Eleitoral

CNH-UF

Placa do Veículo

RENAVAL

Endereço do Autuado/ Empreendimento (Correspondência)

RUA PROFESSOR JOSÉ VIEIRA DE MENDONÇA

Nº. / Km

3.011

Complemento

Bairro/Logradouro

BAIRRO ENGENHO NOBUEIRA

Município

Belo Horizonte

UF

MG

CEP

31.310-2610

Cx Postal

Fone:

() - - - - -

E-mail

EMERSON.FLORENCIO@USIMINAS.COM

6. Atividade

AAF

Licenciamento

DAIA

Outorga

Não há processo

Processo nº 92/02107/92

Atividade desenvolvida:

LAURA A COY ABERTO COM TANTAMENTO A UNIDO - MINERIO DE FERRO EM USIMINAS

Código da Atividade

MA02-04-6

Porte

6

Classe

6

7. Outros Envolvidos Responsáveis

Nome do 1º envolvido

CPF

CNPJ

Vínculo com o AI nº

Nome do 2º envolvido

CPF

CNPJ

Vínculo com o AI nº

8. Localização da Infração

Endereço da Infração: Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc

Fazenda SAMANBAIA SIN

Complemento (apartamento, loja, outros)

ZONA RURAL

Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade

Município

ITATIAIUÇU/MG

CEP

35.605-000

Fone

(35) 3572-4100

Infração em ambiente aquático: Rio Córrego Represa Reservatório UHE Pesque-Pague Criatório Tanque-rede

Outro

Denominação do local:

Coord.

Geográficas:

DATUM

SAD 69 Córrego Alegre

Latitude:

W65 04

Latitude:

Grau

Minuto

Segundo

Longitude:

Grau

Minuto

Segundo

Planas: UTM

FUSO

22

23 X

24

X=561375 (6 dígitos)

Y=7773358 (7 dígitos)

Referência do Local:

9. Descrição da Infração

1. DESCUMPRIR AS CONDICIONANTES Nº 2, 3, 5, 7 e 9 APROVADAS NA LO Nº 450. FOI CONSTATADA A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL, TENDO EM VISTA A EXISTÊNCIA DAS PONTAS DE ATERRO PAINS E MAZANO, NÃO CUMPRINDO AS CONDICIONANTES Nº 2 e 9, DE CONSTRUÇÃO DAS PILHAS DOS ESTÉRIL PE-06 e PE-05. 2. CAUSAR POLUIÇÃO OU DEGRADAÇÃO AMBIENTAL, EM DESEQUILÍBRIO DA DISPOSIÇÃO DE EFLUENTES OLEOSOS E SANITÁRIOS NO SOLO E DO ASSOCRAMENTO DOS DIQUES MAZANO E DA DIVISA, OCASIONANDO EXTRA-VAZAMENTO DE SEDIMENTOS DE MINÉRIO DE FERRO, QUE RESULTE OU POSSA RESULTAR EM DANO AOS RECURSOS HÍDRICOS, AS ESPÉCIES VEGETAIS E ANIMAIS, AOS ECOSISTEMAS E HABITATS.

SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA
Protocolo nº: 673656/2010
Diretoria de Apoio Técnico Integrado
Mat.: Visto: J. Rosendo
FL. Nº



Assinatura do Agente Autuante-MASP/Matrícula

Erikar Borbentura 11959624

Assinatura do Autuado

10. Embasamento Legal	Inf.	Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão
	1	83	I	114	—	—	44844/08	7772/80	—	—	—	—
2	83	I	122	—	—	44844/08	7772/80	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

11. Atenuantes /Agravantes	Atenuantes					Agravantes				
	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento
—	—	—	—	—	—	1	68	II	a)	30%
—	—	—	—	—	—	2	68	II	d)	30%
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

12. Reincidência: Genérica Específica Não foi possível verificar

13. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração	Porte	Penalidade			Valor	<input checked="" type="checkbox"/> Acréscimo	<input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
	1	G	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	50.000,00	30.000,60	80.000,60			
2	G	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	50.000,00	—	50.000,00				
—	—	<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	—	—	—				
—	—	<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	—	—	—				
—	—	<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	—	—	—				
ERP:	—	Kg de pescado	—	Valor ERP por Kg: R\$	—	Total: R\$	—	—	
ERP:	—	Kg de pescado	—	Valor ERP por Kg: R\$	—	Total: R\$	—	—	
Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$ _____ (_____)									
Valor total das multas: R\$ 130.002,60 (cento e trinta mil e dois reais e sessenta centavos)									
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 14, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ _____ (_____)									

14. Demais penalidade/ Recomendações / Observações

Anotação Complementar/ Recomendações/ Observações

Foram aplicadas as penalidades multa simples e embargo da atividade de disposição de estéril/resíduo nas pontas de aterro Marano e Pains, executando-se as obras de cunho emergencial na ponta do Aterro Marano. Foram incididas as agravantes citadas tendo em vista os motivos e suas consequências para os recursos hídricos e os danos ocasionados sobre a Unidade de Conservação APEE Mansial Rio Manau.

15. Testemunha

Nome Completo _____ CPF CNPJ RG _____

Endereço: Rua, Avenida, etc. _____ Nº / Km _____ Bairro / Logradouro _____ Município _____

UF _____ CEP _____ Fone (____) _____ Assinatura _____

16. Testemunha

Nome Completo _____ CPF CNPJ RG _____

Endereço: Rua, Avenida, etc. _____ Nº / Km _____ Bairro / Logradouro _____ Município _____

UF _____ CEP _____ Fone (____) _____ Assinatura _____

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA O PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA: PRESIDENTE/FEAM DIRETOR GERAL/IGAM DIRETOR GERAL/IEF, NO SEGUINTE ENDEREÇO:

Avenida Nossa Senhora da Caridade nº 90, Carano, Belo Horizonte / MG. CEP: 30.330.000

(VIDE OUTROS LOCAIS E INSTRUÇÕES DE DEFESA NO VERSO DA FOLHA 1)

Local: Belo Horizonte Dia: 14 Mês: 09 Ano: 2010 Hora: 10:00

17. Assinaturas

Servidor (Nome Legível) MASP/Matrícula Autuado/Empreendimento (Nome Legível)

ERIKA CRISTINA Borba Pereira 14959624 _____

Assinatura do servidor Função/Vínculo com o Autuado

ERIKA CRISTINA BORBA PEREIRA _____

SEMAD [] FEAM [] IEF [] IGAM [] PMMG Assinatura do Autuado/Representante Legal



À

Unidade Regional Colegiada Rio Paraopeba

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Interessada: Mineração Usiminas S/A - MUSA

Processo Administrativo: 574493/18

Auto de Infração nº 51.317/2010

Assunto: recurso administrativo contra o Auto de Infração em epígrafe

Ag. Pag.

MINERAÇÃO USIMINAS S/A (MUSA), sucessora de USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A (doc.1), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n. 12.056.613/0005-53 (doc.2), sediada Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3011, 2º andar, Engenheiro Nogueira, Belo Horizonte – MG, CEP 31310-260 (doc. 3), por seus procuradores (doc. 4), apresenta, nos termos do art. 66 do Decreto Estadual n. 47.383/2018 **RECURSO** em face do Auto de Infração n. 51.317/2010 (doc.5), pelas razões a seguir aduzidas.

I – Tempestividade

1. Conforme disposto no artigo 66 do Decreto Estadual n. 47.383/2018, o atuado pode apresentar recurso no prazo de 30 dias contados da cientificação da decisão do Auto de Infração.
2. Considerando que MUSA teve ciência da decisão do Auto de Infração em 16/08/2018 (quinta-feira) (doc.6), o prazo para apresentação de recurso encerra-se em 15/09/2018 (sábado),



ANDRÉ
NFI



sendo prorrogado para o dia 17/09/2018 (segunda-feira), próximo dia útil subsequente¹, de modo que o recurso é tempestivo.

II – Síntese dos fatos

3. MUSA foi autuada em 14/09/2010 por suposto cometimento das infrações dispostas nos Códigos 114 e 122 do Decreto Estadual n. 44.844/2008, assim descritas no Auto de Infração:

(i) descumprir as condicionantes n. 2, 3, 5, 7 e 9, aprovadas na LO n. 450. Foi constatada a degradação ambiental tendo em vista a existência das pontas de aterro Pains e Mazano, não cumprindo as condicionantes n. 2 e 9 de construção de pilhas de estéril PE – 06 e PE – 05; e

(ii) causar poluição ou degradação ambiental, em decorrência da disposição de efluente oleosos e sanitário no solo e do assoreamento dos diques Mazano e da Divisa, ocasionando extravasamento de sedimentos de minério de ferro que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats.

4. À primeira suposta infração, foi aplicada multa simples no valor de R\$ 50.001,00 (cinquenta mil e um reais), acrescida do valor de R\$ 30.000,60 (trinta mil reais e sessenta centavos) em virtude de circunstância agravante prevista no art. 68, II, "a" do Decreto 44.844/2008. À segunda, foi aplicada multa simples no montante de R\$ 50.001,00 (cinquenta e um mil reais), totalizando R\$ 130.002,60 (cento e trinta mil e dois reais e sessenta centavos).

5. Em 15/10/2010 foi protocolada defesa, alegando, em síntese, que (i) a área em questão foi adquirida de outras empresas e, no momento da autuação, a empresa já estava trabalhando para regularizar a situação junto aos órgãos ambientais; (ii) ocorreu *bis in idem*, pois foram lavrados seis autos de infração na mesma data, pelo mesmo agente, em razão das mesmas infrações e com incidência das mesmas penalidades; (iii) foram cumpridas todas as condicionantes.

6. Em 06/08/2018, quase oito anos após a interposição da defesa administrativa, foi proferida decisão no sentido de indeferimento da defesa apresentada e mantendo as penalidades aplicadas no auto de infração em epígrafe.

¹ Lei 14.184/2002. Art. 59. §1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte ao do vencimento se este cair em dia em que não houver expediente na repartição ou em que for ele encerrado antes do horário normal.



7. Claramente, há incidência de prescrição intercorrente nestes autos, conforme será demonstrado. Mesmo que não se considere à prescrição, existem fundamentos no mérito para que o presente recurso seja acolhido e julgado procedente.

8. Ainda, foram aplicados valores abusivos de juros e correção monetária, que deverão ser revistos, o que se admite em respeito do princípio da eventualidade.

III – Preliminarmente

III.1 - A inconstitucionalidade e ilegalidade do pagamento da taxa prevista no art. 68, VI do Decreto nº 47.838/2018

9. O art. 68, VI do Decreto nº 47.383/2018 estabelece como requisito para conhecimento do recurso administrativo o pagamento de taxa de expediente.

Art. 68. O recurso não será conhecido quando interposto: VI – sem o comprovante de recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 7.30 da tabela A, a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 1975, quando o crédito estadual não tributário for igual ou superior a 1.661 Ufemgs.

10. No entanto, tal previsão ofende o critério da gratuidade dos processos administrativos, previsto no art. 2º, XI da Lei do Processo Administrativo Federal e Art. 5º, IX da Lei do Processo Administrativo Estadual.² Segundo tais normas, é proibida a cobrança das despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.

11. Para Fortini, Pereira e Camarão, *"os processos administrativos devem observar a gratuidade, visando não cercear o exercício do direito de defesa, porquanto a cobrança das custas poderia inibir ou até mesmo inviabilizar a interposição de recurso e a apresentação de pleitos pelos interessados"*.³

² Lei 9.784/99, Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de: XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

Lei 14.184/02, Art. 5º – Em processo administrativo serão observados, dentre outros, os seguintes critérios: IX – proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as exigidas em lei;

³ FORTINI, Cristiana; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho; CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa. Processo Administrativo: comentários à lei 9.784/99, Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009, p. 81.



12. Inobstante, o Decreto n. 47.383/2018, ao exigir o pagamento de taxa para interposição de recurso administrativo, remete a uma taxa de expediente, com natureza tributária, criada para impugnação de créditos tributários.

13. Porém, neste caso, o Auto de Infração foi lavrado por "*descumprir as condicionantes n. 2, 3, 5, 7 e 9, aprovadas na LO n. 450*" e "*causar poluição ou degradação ambiental*" com aplicação de sanção no valor de R\$ 130.002,60 (cento e trinta mil e dois reais). Evidentemente, trata-se de crédito de natureza não-tributária, já que não é oriundo de nenhum tributo.

14. A Constituição Federal prevê, no art. 150, inciso I que é vedado aos entes públicos exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.⁴ Em que pese a taxa de expediente ser um tributo, não há previsão legal que exija o pagamento desta taxa para impugnação de créditos não-tributários, em clara ofensa ao princípio da legalidade estrita.

15. Como ensina Sacha Calmon, "*o Direito Tributário, mais do que qualquer outro, prima pela estrita legalidade, ou seja, é posto a vigor mediante leis, em sentido formal e material*".⁵

16. Em decorrência da legalidade estrita, o art. 108, §1º do Código Tributário Nacional, veda a exigência de tributo por analogia.⁶

17. É este também o entendimento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO TRIBUTÁRIO - AÇÃO DECLARATÓRIA - CONVÊNIO ICMS N.º 69/98 - ATIVIDADES-MEIO - NÃO INCIDÊNCIA DE ICMS - MERAMENTE ACESSÓRIAS - ART. 155, PARÁGRAFO 2º, XII, DA CRFB - PRINCÍPIO DA TIPICIDADE FECHADA - ART. 108, PARÁGRAFO 2º, DO CTN - ART. 61, "CAPUT", PARÁGRAFO 1º DA LEI N.º 9.472/97 - LC N.º 87/96, ART. 2º, III - PRECEDENTES DO STJ - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO "IN SPECIE".

A jurisprudência do STJ é no sentido de que não há incidência de ICMS sobre pagamentos relativos a atividades meramente preparatórias ou de acesso aos serviços de comunicação, porquanto a atividade de habilitação não se inclui na descrição de serviço de telecomunicação constante do art. 2º, III, da LC n.º 87/96. (REsp:

⁴ Constituição da República de 1988, Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.

⁵ COELHO, Sacha Calmon Navarro; Curso de Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2004, p. 651.

⁶ Código Tributário Nacional, Art. 108, § 1º: O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.



402.047/MG, 1ª T., Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 09.12.2003; REsp 601056/BA, 1ª T., Min. Denise Arruda, DJ de 03/04/2006; REsp 796177/MG, 2ª Turma, Min. Herman Benjamim, DJ de 08.02.2008).

- O Convênio ICMS n.º 69/98 ampliou o campo de incidência do ICMS ao incluir as atividades-meio ao serviço de comunicação, sendo certo que tal inclusão não encontra fulcro em lei complementar (art. 155, parágrafo 2º, XII, da CR/88), **contrariando o princípio da tipicidade fechada, o qual aduz que sem lei expressa, não se pode ampliar os elementos que formam o fato gerador, sob pena de violação do art. 108, parágrafo 1º, do CTN, que veda a analogia instituidora de tributo.** (TJMG - Ap Cível/Reex Necessário 1.0024.08.245012-3/001, Relator (a): Des. (a) Belizário de Lacerda, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 25/03/2014, publicação da súmula em 01/04/2014).

18. Dessa forma, complementa o douto Sacha Calmon que *"no Direito Tributário material ou substantivo (obrigação tributária) não há espaço para a analogia e nem tampouco para a equidade."* Asseveram ainda que *"se uma lei tributária é incompleta (falta alíquota, isto ou aquilo), restará inaplicável e inaplicada. Somente outra lei - em tema de obrigação tributária - poderá suprir a lacuna"*⁸.

19. Dessa forma, o Decreto nº 47.383/2018, ao exigir o pagamento de tributo embasado em uma taxa de expediente de natureza diversa, ofende o princípio da legalidade estrita tributária e o art. 108, §1º do CTN:

20. A taxa, por sua própria natureza, é um tributo específico e divisível. Logo, possui destinação específica. O órgão ambiental não pode criar um tributo para onerar um serviço público, consistente no processamento e julgamento da impugnação administrativa, se é função do próprio órgão prestar deste serviço e ele já o realizava gratuitamente.

21. Isso evidencia que não há correlação entre o tributo e o serviço prestado, já que, anteriormente, mesmo sem o pagamento desta taxa, o órgão ambiental prestava o serviço de análise e julgamento de defesas e recursos administrativos.

22. O Supremo Tribunal Federal já decidiu neste sentido:

⁷ COELHO, Sacha Calmon Navarro; Curso de Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2004, p. 684.

⁸ COELHO, Sacha Calmon Navarro; Curso de Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2004, p. 684.



Taxa de expediente. (...) Inconstitucionalidade. A emissão de guia de recolhimento de tributos é de interesse exclusivo da administração, sendo mero instrumento de arrecadação, não envolvendo a prestação de um serviço público ao contribuinte. Possui repercussão geral a questão constitucional suscitada no apelo externo. Ratifica-se, no caso, a jurisprudência da Corte consolidada no sentido de ser inconstitucional a instituição da cobrança de taxas por emissão ou remessa de carnês/guias de recolhimento de tributos.

[RE 789.218 RG, rel. min. Dias Toffoli, j. 17-4-2014, P, DJE de 1º-8-2014, Tema 721.]

23. Assim, é evidente a inconstitucionalidade e a ilegalidade da cobrança da taxa de expediente para interposição de recurso administrativo, pois (i) ofende o critério da gratuidade dos processos administrativos; (ii) foi instituída por decreto, quando só poderia ter sido exigida por lei e (iii) está em desacordo com a natureza do tributo instituído, já que não há correlação entre o valor do tributo e o serviço público prestado.

24. Diante disso, pugna-se pelo reembolso da taxa de expediente paga para a interposição do presente recurso por seu incontestável caráter inconstitucional e ilegal.

III.2 – Incidência da prescrição intercorrente em virtude da demora no julgamento do Auto de Infração: *aplicabilidade da Lei nº 9.873/1999.*

25. O Auto de Infração nº 51.317/2010 foi lavrado pelo agente atuante em 14/09/2010 e recebido pela atuada em 21/09/2010. A defesa foi apresentada em 15/10/2010.

26. Transcorridos quase oito anos, em 06/08/2018 foi proferida decisão no sentido de indeferimento da defesa apresentada no Auto de Infração nº 51.317/2010, em que se manteve as penalidades dele decorrentes.

27. Com efeito, para que a penalidade seja aplicada, é imprescindível que o processo administrativo tenha ocorrido de forma regular e não exista nenhum vício que o torne nulo. Caso contrário, ou seja, existindo uma nulidade no processo administrativo, todos os atos posteriores serão, também, nulos.

28. A nulidade absoluta produz efeitos *ex tunc*, prejudicando todos os atos anteriores e posteriores que dele decorreram. É como se o ato nunca tivesse existido e, portanto, nunca poderia ter produzido efeitos.

29. E é que ocorre no presente caso.



30. Analisando o processo administrativo, é possível constatar a incidência de prescrição intercorrente, consistente na ausência de manifestação da Administração por um íterim superior ao permitido em lei, qual seja, três anos.

31. A autuada apresentou defesa ao Auto de Infração em 15/10/2010 (doc.7). O órgão ambiental, contudo, somente manifestou acerca da defesa em 06/08/2018 (doc.8) e MUSA só tomou ciência da decisão em 16/08/2018.

32. Verifica-se, assim, a paralisação do processo administrativo por quase 08 anos, pendente de julgamento ou despacho. Incidente, por conseguinte, a prescrição intercorrente administrativa.

33. A prescrição intercorrente, além de decorrer de necessária interpretação dos princípios regentes da Administração Pública, consiste em norma de aplicação cogente, posto que expressamente prevista em lei.

34. Este é o ditame do art. 1º, §1º da Lei 9.873/1999:

"Art. 1º § 1º Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso."

35. Não obstante a supracitada norma estabelecer prazos de prescrição para o exercício da ação punitiva pela Administração Pública Federal, o Superior Tribunal de Justiça possui firme entendimento de que, na ausência de lei estadual que disponha sobre processo administrativo, aplicam-se as disposições da norma federal.

36. Ainda, estabelece o art. 4º da Lei de Introdução das Normas do Direito Brasileiro que quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito.

37. Sendo assim, não existe outra interpretação possível para o caso em tela.

38. Não existir norma no Estado de Minas Gerais que disponha sobre a prescrição intercorrente em processos administrativos, não importa dizer que não incide a referida prescrição. Notadamente porque, a ausência de norma não pode ser subterfúgio para a Administração não ter limites temporais na aplicação de sanções e o administrado quedar-se prejudicado.



39. Nessa linha de entendimento, o STF em julgamento paradigma para a questão, exarou o posicionamento daquela Corte de que *"a Lei 9.784/99 pode ser aplicada de forma subsidiária no âmbito dos demais Estados-Membros, se ausente lei própria regulando o processo administrativo em âmbito local"*⁹. No mesmo sentido, no julgamento do REsp 852.493/DF: *"Ausente lei local específica, a Lei 9.784/99 pode ser aplicada de forma subsidiária no âmbito dos demais Estados-Membros, tendo em vista que se trata de norma que deve nortear toda a Administração Pública, servindo de diretrizes aos demais órgãos."*

40. Sendo assim, se aplicada a lei que rege o processo administrativo federal, também deve-se aplicar a norma que estabelece os prazos prescricionais para o exercício da ação punitiva da Administração, sanando a omissão legislativa desse ente federativo.

41. O contrário disto seria permitir a inobservância da eficiência administrativa (art. 37 da CF/88), a duração razoável do processo e a segurança jurídica.

42. A esse respeito, disserta Celso Antônio Bandeira de Melo:

"Princípio da celeridade processual exige que a Administração atue expeditamente, pois deve proceder com presteza em todo o curso do processo, já que, de acordo com seu fundamento constitucional, residente no art. 5º, LXXVIII, haverá de ter duração "razoável", de maneira a assegurar-se a "celeridade de sua tramitação".¹⁰"

43. Assim, tendo em vista a incidência da regra prevista no art. 1º, §1º da Lei nº 9.873/1999, conclui-se que o procedimento administrativo restou maculado pela prescrição intercorrente, ocasionando sua nulidade e necessidade de arquivamento de ofício.

44. Portanto, diante do vício de nulidade que se encontra no presente processo administrativo, impõe-se a extinção da demanda por ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, com fulcro no art. 485, IV do CPC/2015.

IV – Regularidade ambiental de MUSA

45. Em 2008, USIMINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS, empresa sucedente de MUSA, adquiriu os ativos minerários da Siderúrgica Oeste de Minas Ltda – SOMISA, da mineração J.Mendes Ltda e da Global Mineração Ltda, passando a deter as cotas representativas e as

⁹ STJ. REsp 1.148.460/PR. 19/10/2010.

¹⁰ DE MELO. Celso Antônio Bandeira. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros Editores. 2009. p. 502



operações de minas. A partir de então, as minas passaram a ter a seguinte denominação: Mina Oeste, Mina Central e Mina Leste.

46. Após adquirir estas áreas, a empresa ampliou suas atividades, submetendo-as a processo de licenciamento ambiental, e implementou o seu programa de controle ambiental.

47. No Parecer Único que subsidiou a concessão da licença de operação da Mina Oeste (PA 00066/1984/031/2010), o órgão ambiental reconheceu o zelo de USIMINAS (atual MUSA) com as questões ambientais. Vejamos:

Durante a vigência das licenças de operação, objetos de revalidação deste relatório, ocorreram modificações no processo de beneficiamento (...). Com este processo a **USIMINAS visa beneficiar não só a qualidade dos seus produtos e processos, como também as questões relacionadas ao meio ambiente e a sociedade.** Desta forma, pretende-se agregar valor ao seu produto através de novas tecnologias que colocam a USIMINAS como fornecedora de produtos de qualidade reconhecidos mundialmente e sustentável.

48. Dessa forma, o órgão ambiental tem ciência de que, após adquirir os ativos minerários, MUSA trabalha diuturnamente para que seus empreendimentos estejam em acordo com as normas e padrões estabelecidos pela atividade.

49. No próprio Auto de Fiscalização que embasou o presente processo administrativo decorrente de Auto de Infração, consta passagens que denotam a regularidade das ações da empresa:

Foram entregues pelo empreendedor as seguintes documentações: "projeto da pilha Mazano", em arquivo digital, "laudo de segurança Pilha Mazano", de ago/2009, "especificações técnicas para alteamento da barragem de contenção de rejeitos", de nov/2009, "termo de manifestação prévia do IEF", cópias dos documentos protocolados FEAM 02018/2003, 201651/2003, 031092/2003, "laudos de anuência prévia para fins de exploração minerária", do IEF (...)

50. Diante do exposto, considerando que a empresa já vinha adotando medidas para se regularizar e que com o processo de revalidação de LO foram estabelecidas novas condicionantes, diversas das antigas, conclui-se que as condicionantes antigas se encontram superadas, razão pela qual o presente Auto de Infração tornou-se descabido.

51. Assim, pugna-se pelo cancelamento do Auto de Infração nº 51.317/2010, por perda do seu objeto.



V – Cumprimento das condicionantes

52. Em abril de 2010, antes da autuação, a empresa apresentou ao COPAM relatório fotográfico atestando o cumprimento de condicionantes, sob protocolo de nº R048525/2010. Neste relatório, bem como no Parecer Único que embasou o processo de revalidação de LO, há diversos esclarecimentos acerca das condicionantes consideradas descumpridas pelo empreendimento, conforme será demonstrado.

V.1 – Condicionante 02

53. A condicionante n. 02 diz respeito a “*construção de pilha de estéril PE-06, no decreto Mazano.*” Conforme esclarecido por MUSA no relatório fotográfico (p.05), a construção da pilha de estéril PE-06 tornou-se desnecessária, já que, face as alterações do planejamento de lavra, foi possível depositar o estéril em outras pilhas já existentes. Dessa forma, foi reduzido o impacto ambiental na área.

54. A figura abaixo evidencia, por meio de imagem aerofotogramétrica, a área onde seria construída a estrutura:



55. Salienta-se que, à época da autuação, não houve quaisquer impactos ambientais provenientes da inexistência da pilha de estéril no empreendimento, pelo contrário, foi preservada a integridade do ambiente.



56. Conforme Talden Farias, *“os direcionamentos apontados pela Administração Pública como condição para a concessão da licença ambiental e como condição de validade da licença podem ser de duas ordens: as primeiras são as medidas mitigadoras e as segundas as medidas compensatórias”*.

57. Neste caso, o estabelecimento dessa condicionante visou mitigar os impactos ambientais decorrentes do empreendimento. Talden Farias completa que *“as medidas mitigadoras são direcionamentos dados pela Administração Pública com o objetivo de diminuir ou evitar um determinado impacto ambiental negativo ou de aumentar um determinado impacto ambiental positivo”*.

58. Dessa forma, percebe-se que a essência da condicionante é evitar impactos ambientais, ou, se não for possível, que estes sejam minimizados. A não construção da PE-06 foi a medida mais benéfica para o ambiente, já que não resultou em impacto ambiental. Portanto, o meio ambiente se manteve íntegro e a condicionante tornou-se desnecessária.

V.2 – Condicionante 03

59. A condicionante n. 03 se refere ao *“retaludamento do antigo depósito de rejeito localizado no extremo leste do decreto Mazano”*. Conforme Parecer Único que embasou a revalidação da LO (p.04), o depósito de rejeito encontra-se desativado e seu material será reprocessado na nova planta de finos: *“apesar do depósito de rejeito estar desativado e tendo em vista que seu material será reprocessado na nova planta de finos, o retaludamento não foi realizado.”*

60. Por esta razão, tornou-se desnecessário o seu retaludamento.

61. A figura abaixo evidencia, por meio de imagem aerofotogramétrica, que o depósito de rejeito se encontra desativado:





62. Salienta-se que este material denominado como rejeito, possui elevado teor de ferro e se torna matéria-prima para o processo atual de beneficiamento.

V.3 – Condicionante 05

63. A condicionante 05 trata da *“Recuperação da estrada de serviço localizada na porção SE do Decreto Mazano.”*

64. Como demonstrado no relatório fotográfico (p.11), a estrada de serviço foi devidamente recuperada:



65. A sequência de fotos constata as condições da estrada de serviço pouco tempo antes da autuação. Esta estrada recebe manutenções operacionais periodicamente, com foco no sistema de drenagem de águas pluviais a fim de manter este acesso em condições desejáveis.

66. Não há que se falar, portanto, no descumprimento desta condicionante, uma vez que a recuperação da estrada não só foi feita, como são realizadas manutenções periódicas do local, visando garantir as condições desejáveis deste acesso.



V.4 – Condicionante 07

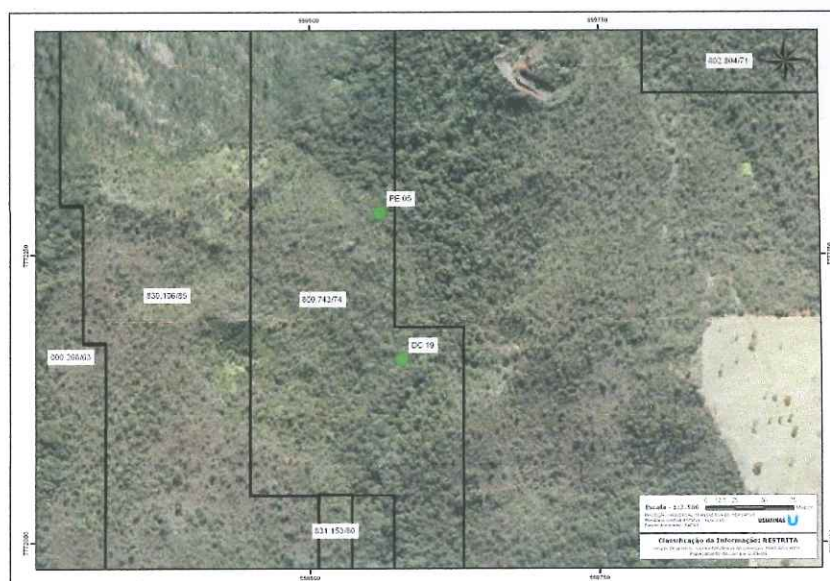
67. A condicionante 07 se refere à “recomposição de drenagens comprometidas por processos erosivos.” Este procedimento é inerente à atividade minerária, sendo realizado permanentemente.

V.5 – Condicionante 09

68. Quanto à condicionante 09, esta se refere à “construção da pilha de estéril PE-05 e do Dique DC-19”.

69. Conforme esclarecido pela empresa, em face de alterações do planejamento de lavra da época, tornou-se desnecessária a construção da PE-05 e do dique DC-19, sendo, portanto, realizada a deposição de estéril em pilhas já existentes.

70. Dessa forma, não houve quaisquer impactos ambientais decorrentes da inexistência da pilha de estéril no empreendimento. Esta figura evidencia, por meio de imagem aerofotogramétrica, a área onde seriam construídas as estruturas:



71. Salienta-se que a inexistência do DC-19 e da PE-05 é *pro natura*, já que não causou nenhum impacto ambiental, pelo contrário, preservou a integridade do ambiente há época da atuação. Assim, tal condicionante tornou-se desnecessária.



72. Diante do exposto, considerando que MUSA prestou os esclarecimentos necessários acerca das condicionantes, o presente Auto de Infração n. 51.317/2010 não merece prosperar. Portanto, pugna-se pela sua anulação.

VI – Aplicação do princípio do “*non bis in idem*” ao presente caso: *foram lavrados 06 autos de infração sobre o mesmo tema, na mesma data, pelo mesmo agente.*

73. Em decorrência da fiscalização realizada em 30/07/2010, MUSA foi autuada em seis Autos de Infração¹¹, lavrados pelo mesmo agente, com o mesmo conteúdo, na mesma data e com aplicação da mesma penalidade.

74. Dessa forma, claramente, há ocorrência de *bis in idem* no presente caso.

75. Sobre o tema, ensina Fabio Medina Osório que:

“Intimamente ligado aos princípios da legalidade e da tipicidade, o princípio da proibição do bis in idem, cujas raízes remontam ao devido processo legal anglo-saxônico, também atua em matéria de Direito Administrativo Sancionador”¹².

76. Aduz ainda o autor que:

“A não utilização do non bis in idem pode acarretar, nesse mesmo plano institucional (...), retaliações relevantes, através de iniciativas contrárias às Instituições democráticas encarregadas da imposição das normas punitivas”¹³.

77. Na mesma linha, ensina Daniel Ferreira que:

“Outro princípio de inuidosa importância no regime jurídico-administrativo sancionador é o chamado non bis in idem, consoante o qual, num Estado Democrático de Direito, ninguém pode ser reiteradamente sancionado por um mesmo ilícito”¹⁴.

78. Pode se afirmar, portanto, como ideia básica do *non bis in idem*, que ninguém pode ser condenado mais de uma vez por um mesmo fato.

79. Dessa forma, considerando que os Autos de Infração nº 51.314/2010; 51.316/2010; 51.323/2010, 51.331/2010 e 51.333/2010 (doc.9) foram lavrados pelo mesmo agente, aplicadas

¹¹ Als 51.314/2010; 51.316/2010; 51. 317/2010, 51.323/2010, 51.331/2010 e 51.333/2010.

¹² OSÓRIO, Fábio Medina. Direito Administrativo Sancionador. 3ª ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 272.

¹³ OSÓRIO, Fábio Medina. Direito Administrativo Sancionador. 3ª ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 282.

¹⁴ FERREIRA, Daniel. Temas de Direito Administrativo - *Sanções Administrativas*. Vol. 4. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 133.



as mesmas penalidades, na mesma data e com aplicação da mesma penalidade, é incontroverso que deve ser aplicado o princípio do *non bis in idem* no presente caso, com conseqüente extinção do processo administrativo.

80. Este é o entendimento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO - BIS IN IDEM - RECONHECIMENTO- FATO ÚNICO- ANULAÇÃO AUTO DE INFRAÇÃO E REDUÇÃO DA MULTA POR DANOS AMBIENTAIS- AUSÊNCIA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR-PERDA DO OBJETO- ÔNUS SUCUMBENCIAIS- CONDENAÇÃO DO RÉU- PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. 1. Se no curso da lide a própria Administração reconhece a ocorrência de bis in idem e anula um dos autos de infração, reduzindo a multa aplicada, desaparece a finalidade do processo e tem-se por conseqüência a perda do objeto da ação e a falta de interesse processual superveniente, que conduzem à extinção do feito. 2. Pelo princípio da causalidade, impõe-se a condenação ao pagamento das verbas sucumbenciais aquele que deu causa à propositura da demanda extinta. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.17.049366-2/001; Relator(a): Des.(a) Afrânio Vilela , 2ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 05/09/0017; publicação da súmula em 08/09/2017)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - REEXAME NECESSÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - MULTA ADMINISTRATIVA - LICENCIAMENTO AMBIENTAL - ESTAÇÃO DE RÁDIO BASE (ERB) - MESMO FATO GERADOR - DUPLICIDADE - BIS IN IDEM - IMPOSSIBILIDADE - ANULAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO - DESCONSTITUIÇÃO DA CDA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - TERMO - ENCARGOS. I - Comprovado nos autos a existência de mais de uma autuação pela mesma razão (mesma infração), no mesmo endereço e por órgãos fiscais de entes federativos diversos, impõe-se reconhecer caracterizado o bis in idem, de modo a autorizar a anulação do auto de infração, bem como a desconstituição da CDA. II - Nos casos em que não há a condenação de ente público em quantia certa, os honorários advocatícios devem ser arbitrados de forma equitativa, em valor específico, observando-se o disposto no art. 20, § 4º, do CPC. III - Fixados honorários da sucumbência em quantia certa, sobre o valor deverá incidir juros de mora a partir da data de trânsito em julgado da sentença em que arbitrados e nos termos do vigente art. 1º-F da Lei n.º 9.494/1997, além de correção monetária desde a data do arbitramento e pelo IPCA. (TJMG - Ap Cível/Reex Necessário 1.0105.14.038963-3/001, Relator(a): Des.(a) Peixoto Henriques , 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 16/02/2016, publicação da súmula em 22/02/2016)



81. Conforme Edis Milaré, "assim é, em virtude do repúdio do nosso sistema jurídico às sanções múltiplas, baseadas em fato único, por ferirem de morte o consagrado princípio do *non bis in idem*, por força do qual o Estado não deve punir em duplicidade a mesma pessoa, em razão da mesma infração".¹⁵

82. No presente caso, verifica-se que apesar da existência de mais de um licenciamento ambiental, trata-se de um mesmo empreendimento, sendo todas as infrações decorrentes do mesmo fato o que por si só, caracteriza o *bis in idem*.

83. Não há, pois, razão para dar continuidade ao Auto de Infração nº 51.317/2010, sob pena de flagrante violação do princípio do *non bis in idem*.

VII – Ad argumentandum

VII.1 – Ilegalidade da aplicação dos juros desde a lavratura do Auto de Infração

84. É possível verificar, por meio de análise da Atualização de Débito, que o Estado de Minas Gerais, no cálculo do valor atualizado das multas administrativas decorrentes do Auto de Infração nº 51.317/2010 fez incidir juros e correção monetária desde a lavratura do Auto de Infração, em 14/09/2010, veja-se:

DISCRIMINAÇÃO DO DÉBITO				
Natureza da Dívida	Correção monetária Data da lavratura	Notificação do Auto de Infração	Juros 21º dia da notificação	Valor Original
Multa Ambiental	14/09/2010	21/09/2010	12/10/2010	R\$130.002,60
Fator de atualização monetária, conforme tabela TJMG dezembro/2014:				1,3027572
Valor atualizado:				R\$169.361,83
Juros de mora: 51%				R\$86.374,53
Total atualizado até 31/12/2014:				R\$255.736,36
Fator/ Valor R\$ SELIC acumulado				1,3836766/ R\$ 98.120,06
TOTAL ATUALIZADO				R\$353.856,41

85. Como se observa, a incidência de juros de mora desde a lavratura fez com que o valor da multa aplicada pela Administração fosse majorado em 272%.

¹⁵ MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco. 7ª ed. rev., atual. e reform. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 1172.



86. O que foi desconsiderado, entretanto, é que conforme expressa disposição legal, durante o processo administrativo não há que se falar em mora, ainda que a defesa ou o recurso sejam julgados improcedentes.

87. O Decreto Estadual nº 47.383/2018, no art.113, I, dispõe que as multas previstas no Decreto deverão ser recolhidas no prazo de vinte dias da notificação da decisão administrativa definitiva, no caso de não apresentação da defesa.

88. O inciso II do mesmo artigo determina que na hipótese de apresentação de defesa ou recurso, as multas deverão ser recolhidas no prazo de 20 dias, contados da notificação da decisão administrativa, sob pena de inscrição em dívida ativa.

89. No parágrafo 3º, o Decreto impõe a regra: o valor da multa será corrigido monetariamente a partir da definitividade da penalidade a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC – ou em outro critério que vier a ser adotado para cobrança dos débitos fiscais federais e, até o momento em que se tornar exigível, o valor será corrigido pelo índice de correção monetária divulgado na Tabela da Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais.

90. Portanto, ao se considerar que os juros de mora incidirão a partir do vencimento do Auto de Infração – o que, na hipótese de apresentação de defesa ou recurso ocorre no prazo de vinte dias contados da notificação da decisão administrativa definitiva - a norma estabelece que na pendência de processo administrativo de aplicação da sanção não existe vencimento da multa e, portanto, não incide juros de mora.

91. A norma é clara ao impor a incidência de juros somente após a exigibilidade do débito de natureza não tributária. Isto é, uma vez que a exigibilidade da sanção de multa somente ocorre com a decisão definitiva do processo administrativo sancionador, não há que se falar em juros de mora antes da conclusão do procedimento.

92. Ainda no âmbito estadual, o Decreto Estadual nº 44.668, de 15 de dezembro de 2014, que estabelece o regulamento do processo administrativo do crédito estadual não tributário no âmbito da Administração Pública Direta, autárquica e fundacional, possui a mesma dicção.

93. Dispõe no art. 50 que os créditos do Estado, decorrentes de quaisquer das hipóteses que possam, ou não, vir a compor a dívida não tributária do Estado terão a correção monetária e os juros de mora calculados com base na Taxa SELIC ou em outro critério que vier a ser adotado



para a cobrança dos débitos fiscais federais e incidirá a partir do momento em que se torna exigível o crédito.

94. As normas atuais referidas mantiveram a regra que já vigorava na vigência do Decreto Estadual nº 44.309, de 05 de junho de 2006¹⁶ o qual estabelecia no art. 49 §§ 1º e 3º que as multas previstas no Decreto seriam recolhidas no prazo de 20 dias contados da notificação da decisão administrativa definitiva e, a partir de então, incidiria juros de mora de 1% ao mês.

95. As disposições estaduais repetem a legislação federal que dispõe sobre a cobrança das infrações aplicadas pelo IBAMA, no sentido de que não existe mora na pendência do processo administrativo sancionador, não incidindo juros moratórios enquanto não proferida a decisão final do processo administrativo.

96. Nessa mesma linha de intelecção, o art. 4º da Lei 8.005/1990¹⁷ determina que após o julgamento definitivo da infração, o autuado terá o prazo de 5 dias para efetuar o pagamento da penalidade corrigida na forma do §1º, com a redução de 30%.

97. O parágrafo único, por seu turno, estabelece que vencido prazo a que se refere o caput, a penalidade será cobrada com os seguintes acréscimos: (i) juros de mora de 1% ao mês, sobre o valor atualizado, contados da decisão final; (ii) multa de mora de 20% sobre o valor atualizado, reduzida para 10% se o pagamento do débito for efetuado integralmente até o trigésimo dia após a data de julgamento; (iv) o encargo previsto no Decreto-lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969.

98. Vê-se que na mesma linha do ordenamento estadual, a Lei 8.005/1990 impõe expressamente que os juros de mora incidam somente após o julgamento definitivo da infração.

99. Cumpre ressaltar que as disposições, além de estarem expressamente previstas em lei, também decorrem de interpretação sistemática do ordenamento jurídico nacional.

100. De acordo com o art. 394 do Código Civil, informa que não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora.

¹⁶ Esta norma estabelecia normas para o licenciamento ambiental e a autorização ambiental de funcionamento, tipifica e classifica as infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece o procedimento administrativo de fiscalização e aplicação das penalidades e foi revogada pelo Decreto Estadual nº 44.844/2008.

¹⁷ Dispõe sobre a cobrança e a atualização dos créditos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e dá outras providências.



101. De acordo com a Súmula Vinculante nº 17, durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos.

Sendo assim, não pode ser tido em mora (...) o devedor que cumprir o prazo constitucionalmente estabelecido. Esta foi a convicção manifestada pelo Ministro Sepúlveda Pertence, no julgamento do RE 149.466 (...) quando ponderou que '*juros de mora envolvem inadimplência*'. Ora, se tal conclusão foi encampada pela Corte nas hipóteses em que o resgate parcelado da dívida constituía uma opção do devedor (art. 33 do ADCT), outra não pode ser a orientação quando se trata de pagamento abarcando lapso temporal imposto pelo texto permanente da Carta. Se não há inadimplência, ou *mora debitoris*, quando a entidade de direito público exercita a faculdade que lhe é mais favorável, não haverá quando utiliza a única forma de pagamento possível. Ademais, há de ponderar-se que, via de regra, a simples atualização monetária do montante pago no exercício seguinte à expedição do precatório já corrige, junto com o principal, todas as verbas acessórias, inclusive os juros lançados na conta originária. Sendo assim, a incidência contínua de juros moratórios representaria capitalização de tais juros, o que não se justificaria nem mesmo em face dos créditos de natureza alimentar. (RE 305186, Relator Ministro Ilmar Galvão, Primeira Turma, julgamento em 17.9.2002, DJ de 18.10.2002)

102. Também nesse sentido, o art. 161 do CTN é claro ao afirmar que não se aplicam juros de mora do crédito tributário na pendência de consulta formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento do crédito:

Art. 161. O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária. § 1º Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de um por cento ao mês. § 2º O disposto neste artigo não se aplica na pendência de consulta formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento do crédito.

103. Portanto, fica claro que a disposição normativa estadual em consonância com a sistemática do ordenamento pátrio sobre juros de mora não deixa espaço para interpretação em favor da Administração: a regra estampada no art. 113, I e II do Decreto Estadual nº 47.383/2018 é clara ao se determinar que somente incidem juros de mora após a decisão definitiva do processo administrativo de constituição do débito.



104. Com efeito, não existem dúvidas acerca da ilegalidade da cobrança imposta à RECORRENTE referente ao acréscimo de 272% de juros ao débito original consistente na incidência de juros de mora desde a lavratura do Auto de Infração.

105. Portanto, na absurda hipótese de manutenção do Auto de Infração nº 51.317/2010, requer que a planilha de cálculo seja revista e o valor do débito atualizado, passando a incidir os juros de mora apenas a partir da data da decisão definitiva.

VII.2 - Redução do valor da multa aplicada em razão da incidência das circunstâncias atenuantes previstas no art. 68, I, "e" e "i" do Decreto n. 44.844/2008.

106. Conforme demonstrado, não existem fundamentos para subsistência do Auto de Infração nº 51.317/2010 e da penalidade de multa aplicada.

107. Não obstante, na remota hipótese de entendimento contrário, o que se admite apenas por apreço à argumentação e em decorrência do princípio da eventualidade, faz-se necessária a incidência das circunstâncias atenuantes previstas no art. 68 do Decreto n. 44.844/2008, capazes de reduzir o valor da multa aplicada.

108. Neste caso, aplicam-se as atenuantes previstas no Decreto nº 44.844/2008 em razão da regra transitória prevista no art. 134 do Decreto nº 47.383/2018, que estabelece que ficam mantidas as penalidades aplicadas anteriormente à vigência deste decreto, bem como seus critérios de correção monetária e incidência de juros.

109. Assim, considerando que o Auto de Infração foi lavrado na vigência do Decreto n. 44.844/2008 e a penalidade foi aplicada com base neste mesmo Decreto, é lógico que se aplique as circunstâncias atenuantes nele previstas. São estas:

e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até trinta por cento;

i) a existência de matas ciliares e nascentes preservadas, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;

110. Aplica-se ao caso, portanto, o disposto no art. 68, I, "e" do Decreto 44.844/2008, haja vista que MUSA, após comprar os ativos minerários da área em comento, buscou-se



regularizar perante o órgão ambiental, inclusive com a implantação de programa de controle ambiental, conforme descrito no tópico IV do presente recurso.

111. Ainda, deve ser aplicada a atenuante prevista na alínea "i", haja vista MUSA que mantém matas ciliares e nascentes preservadas nas imediações dos Córregos Couve, Biquinhas, Jatobá e Samambaia, conforme se comprova no relatório em anexo (doc.10).

112. Neste caso, deve-se aplicar a regra do art. 69 do Decreto Estadual n. 44.844/2008, que determina que as atenuantes incidirão cumulativamente sobre o valor-base da multa, desde que não implique na redução de seu valor a menos de cinquenta por cento do valor mínimo da faixa correspondente da multa.

113. Assim sendo, MUSA pugna eventualmente, caso mantido o Auto de Infração, pela redução da multa simples total em 50%, diante do reconhecimento das circunstâncias atenuantes previstas nas alíneas "e" e "i", do inciso I do art. 68 c/c art. 69 do Decreto Estadual n. 44.844/08, perfazendo o montante de R\$ 65.001,30 (sessenta e cinco mil e um reais e trinta centavos).

VIII - Conclusão e pedidos

114. Pelas razões de fato e de direito expostas, MUSA requer que a presente defesa seja conhecida e provida para:

- (i) Declarar o arquivamento do processo punitivo vinculado ao Auto de Infração nº 51.317/2010 bem como das penalidades dele decorrentes por apresentar nulidade absoluta em virtude de prescrição intercorrente, com fulcro nos arts. 1º, §1º da Lei nº 9.873/1999 c/c art. 485, IV do CPC/2015;
- (ii) A extinção do processo por perda do objeto, já que novas condicionantes foram estabelecidas no processo de revalidação da LO;
- (iii) A extinção do processo considerando que as condicionantes citadas foram de fato cumpridas pela empresa.
- (iv) A extinção do processo e a consequente anulação do Auto de Infração nº 51.317/2010, devido à ocorrência de *bis in idem*;
- (v) Eventualmente, (a) que seja revista a planilha de cálculo para aplicação dos juros de mora somente a partir da decisão definitiva; e (b)



que seja reduzido o valor base da autuação, tendo em vista a incidência de circunstâncias atenuantes.

(vi) Por fim, requer a juntada do comprovante de pagamento da taxa de expediente para a análise do recurso e o reembolso da mesma, dado o seu caráter manifestamente inconstitucional e ilegal.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2018.

William Freire
OAB/MG 47.727

Marcelo Azevedo
OAB/MG 130.790

Mariana Mourão
OAB/MG 137.610

Isabela Cunha
Isabela Cunha
OAB/MG 179.329



PARECER ÚNICO NAI nº 35/2019

Auto de Infração	51317/10		
PA COPAM	574493/18		
Embasamento	Decreto 44.844/08		
Autuado	USIMINAS		
Município	BELO HORIZONTE	CNPJ	12.056.613/0005-53
Auto Fiscalização	1569/10	Data	27/11/2018

Equipe Interdisciplinar		MASP	Assinatura
Jurídico	Pablo Luís Guimarães Oliveira	1.378.344-4	
Coordenador NAI	André Felipe Siuves Alves	1.234.129-3	
Diretora DREG	Lilia Aparecida de Castro	1.389.247-6	
Diretor DRCP	Philippe Jacob de Castro Sales	1.365.493-4	

I – RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração lavrado em face do empreendimento acima destacado, com base no Decreto 44.844/08.

O pedido defensivo apresentado pela autuada foi julgado improcedente por decisão monocrática do Superintendente da SUPRAM CM, que manteve a penalidade de multa simples no valor total de R\$ 130.002,60.

Devidamente notificada da decisão acima mencionada, a autuada apresentou, tempestivamente, o presente recurso.

Em síntese, alega que é inconstitucional a cobrança de taxa recursal; que ocorreu a prescrição intercorrente; que o empreendimento havia adotado medidas para regularização ambiental; que cumpriu as condicionantes; que ocorreu o bis in idem; que é ilegal a cobrança de jurso desde a lavratura do auto de infração.



Ao final, pugna pelo provimento do recurso. Subsidiariamente, pugna pela aplicação de atenuantes.

II – FUNDAMENTAÇÃO

1 – Da Inconstitucionalidade do Preparo Recursal

Alega a recorrente que a taxa prevista no art. 68, VI, Decreto 44.838/18 é inconstitucional. Pois bem. Como resta consabido, a Carta Constitucional restringe o controle de constitucionalidade a determinados órgãos, isto é, somente aquelas figuras estabelecidas no texto constitucional podem realizar o controle de constitucionalidade de normas infraconstitucionais.

Desse modo, por ausência de competência para o controle de constitucionalidade, não há como analisar nem tampouco acolher o pedido da recorrente.

2 – Prescrição Intercorrente

Alega a autuada que a penalidade prevista pelo descumprimento do TAC firmado com este órgão ambiental prescreveu.

Pois bem. A posição institucional deste órgão ambiental é no sentido de inexistência de prescrição intercorrente por ausência de previsão legal nesse sentido.

Sobre o tema, é o parecer 15.047/10 da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, senão vejamos:

DIREITO AMBIENTAL – PROCESSO ADMINISTRATIVO – MULTA – PRESCRIÇÃO
INTERCORRENTE – PARECERES AGE Ns. 14.897/09 E 14.556/05 – NÃO
RECONHECIMENTO – DECISÃO ADMINISTRATIVA – FUNDAMENTAÇÃO –
GARANTIA PROCESSUAL.



Sobre o tema, manifestou-se o Egrégio tribunal de justiça:

REEXAME NECESSÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO - NÃO CONHECIMENTO DO REEXAME NECESSÁRIO - ART. 475, I DO CPC - RECURSO ADESIVO - FALTA DE INTERESSE RECURSAL - INEXISTÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA DO RECORRENTE - RECURSO PRINCIPAL - PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - LEI FEDERAL Nº 9.873/99 - NÃO APLICAÇÃO NO ÂMBITO DOS ESTADOS - PRECEDENTES DO STJ - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL - DECRETO Nº 20.190/32 - APELAÇÃO PRINCIPAL PROVIDA - PRESCRIÇÃO AFASTADA - TEORIA DA CAUSA MADURA - PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO - ANÁLISE DAS DEMAIS TESES DA PETIÇÃO INICIAL - AUTO DE INFRAÇÃO - ASSINATURA - REQUISITO ATENDIDO - DECRETO Nº 39.424/98 - VIGÊNCIA À ÉPOCA DOS FATOS - GRADAÇÃO DA MULTA - INEXISTÊNCIA DE VÍCIO - PEDIDOS INAUGURAIIS IMPROCEDENTES. 1. Não há falar-se em reexame necessário quando o direito controvertido for inferior a 60 salários mínimos (art. 475, § 2º, do CPC). 2. Falta interesse recursal à parte não sucumbente para a interposição de recurso adesivo. 3. Consoante a jurisprudência pacífica do STJ, a Lei Federal nº 9.873/99 não se aplica aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 4. O prazo prescricional para a pretensão de cobrança de multa por infração ambiental é quinquenal, por imposição do Decreto nº 20190/32, contados do término do processo administrativo (súmula 467 do STJ). 5. Afastada a prescrição, necessário o enfrentamento das demais teses articuladas pelas partes, considerando que a controvérsia diz respeito apenas ao direito, em razão a teoria da causa madura. 6. Não se mostra viciado o auto de infração por ausência de identificação do autuante, uma vez que o Decreto nº 39.424/98, vigente no momento da sua lavratura, exigia somente a assinatura do agente fiscalizador. 7. A multa aplicada com a correta tipificação do fato, em grau mínimo, não ofende o princípio da gradação. 8. Reexame necessário e recurso adesivo não conhecidos. 9. Apelação principal provida para afastar a prescrição e julgar improcedentes os pedidos. (Apelação Cível 1.0024.13.170262-3/001, disponível em www.tjmg.jus.br).

Desse modo, como não transitou em julgado a decisão administrativa deste órgão ambiental, não há falar em prescrição, devendo ser mantida incólume a penalidade de multa aplicada à



recorrente.

3 – Presunção de Veracidade

Como resta consabido, as declarações dos agentes públicos gozam de presunção relativa de veracidade, que somente é afastada mediante prova robusta em sentido contrário.

Esta presunção vem do princípio constitucional da legalidade, inerente aos Estados de Direito, onde informa toda a ação governamental.

A presunção de veracidade surge dos fatos alegados pela Administração para a prática dos atos. Estes que devem ser tidos como verdadeiros até prova robusta em contrário.

A presunção de legitimidade desde logo autoriza a execução dos atos administrativos, mesmo que no momento sejam questionados em alguma parte – vícios ou defeitos que tornam o ato inválido. Enquanto não houver um pronunciamento definitivo sobre nulidade, os atos administrativos são válidos e operantes, independentemente de quem seja o destinatário.

Nesse sentido, manifesta-se o Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE - INFRAÇÃO AMBIENTAL - PENALIDADE DE APREENSÃO E PERDIMENTO DE BENS - ART. 16, IV, DA LEI ESTADUAL Nº. 7.772/80 E DO ART. 56, IV, DO DECRETO ESTADUAL Nº. 44.844/2008 - BEM UTILIZADO USADO EXCLUSIVAMENTE PARA O COMETIMENTO DE ILÍCITOS - PRESCINDIBILIDADE - NATUREZA NÃO EXCLUSIVAMENTE SANCIONATÓRIA - ATO ADMINISTRATIVO - PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE, LEGITIMIDADE E LEGALIDADE.

1 - O art. 16, IV, da Lei Estadual nº. 7.772/80 e o art. 56, IV, do Decreto Estadual nº. 44.844/2008 não exigem que os bens apreendidos em razão do cometimento de infração administrativa ambiental necessariamente tenham sido criados ou exclusivamente usados para a prática de determinada infração, apenas que sejam utilizados na prática do ilícito ambiental. 2 - O ato administrativo goza de presunção relativa de veracidade, legitimidade e legalidade de forma que as questões atinentes à utilização ou não dos bens apreendidos na prática da infração



administrativa apurada demandarão dilação probatória, não sendo, portanto, passível de análise no momento inicial da demanda. 3 - Considerando que a medida de apreensão dos bens utilizados na prática do ilícito ambiental não possui intuito apenas sancionatório, mas também caráter acautelatório, de forma a evitar que novas infrações ao meio ambiente sejam cometidas com tais instrumentos, não há se falar em desproporção entre o valor da multa aplicada pela prática da infração e o valor dos bens apreendidos, tratando-se, ainda, de medidas diversas previstas na legislação ambiental. (Agravo de Instrumento 1.0000.18.075329-5/001).

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA - PERÍCIA MÉDICA OFICIAL - LAUDO TÉCNICO - CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO - PERFIL PROFISSIONGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO - INEXISTÊNCIA - PRESUNÇÃO DE LEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO - TUTELA PROVISÓRIA - PRESSUPOSTOS - AUSÊNCIA - DESPROVIMENTO DO RECURSO. - O ato administrativo goza de presunção relativa de veracidade, incumbindo ao interessado desconstituí-la. Não logrando êxito a servidora na comprovação dos requisitos legais à obtenção da aposentadoria especial, há de prevalecer o ato que a considerou inapta ao afastamento preliminar à inatividade. - Recurso improvido. (1.0534.17.003342-5/001).

Da detida análise dos autos, constata-se que o empreendedor não trouxe aos autos elementos robustos aptos a afastar a presunção relativa de legitimidade das informações lançadas pelo agente fiscalizador no auto de infração sob julgamento e no auto de fiscalização que o subsidiou, em especial que não houve descumprimento das condicionantes 2, 3, 5, 7 e 9 da Licença de Operação 450.

Desse modo, corretamente aplicada a penalidade pelo agente fiscalizador, devendo manter-se incólume o auto de infração sob julgamento.

4 – *Bis in idem*

Alega o autuado a ocorrência de *bis in idem*, tendo em vista que o mesmo fato foi utilizado



para a lavratura dos autos de infração: 51361/2010; 51329/2010; 51316/2010; 51323/2010; 51333/2010.

Da detida análise dos autos, constata-se que não há falar em *bis in idem*, porquanto os autos de infração acima destacados não se referem à mesma licença de operação, senão vejamos: AI 51316/2010 foi lavrado pelo descumprimento das condicionantes aprovadas na Licença de Operação 449; AI 51329/2010 foi lavrado pelo descumprimento das condicionantes aprovadas na Licença de Operação 580; AI 51316/2010 foi lavrado pelo descumprimento das condicionantes aprovadas na Licença de Operação 449; AI 51323/2010 foi lavrado pelo descumprimento das condicionantes aprovadas na Licença de Operação 452; AI 51333/2010 foi lavrado pelo descumprimento das condicionantes aprovadas na Licença de Operação 451.

Tendo em vista que o auto de infração objeto do presente processo administrativo foi lavrado pelos descumprimentos das condicionantes aprovadas na Licença de Operação 450, não há falar em *bis in idem*, porquanto os autos de infrações acima destacados se referem a outras condicionantes aprovadas em outras Licenças de Operações.

5 – Juros

Alega a autuada que os juros devem incidir tão somente após o trânsito em julgado da decisão administrativa.

Sobre o tema, já se manifestou a AGE:

DIREITO ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. MULTA AMBIENTAL. ATUALIZAÇÃO DO VALOR COMINADO PELA UFEMG. ATUALIZAÇÃO DO VALOR COMINADO PELA UFEMG. PARECER AGE N. 15.333/2014. DISTINÇÃO PARA O CASO. ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA MULTA APLICADA. INCIDÊNCIA DA REGRA DO ART. 48, 3º, DO DECRETO ESTADUAL 44.844/08, OBSERVANDO-SE O DECRETO N.



46.668/2014, NOS TERMOS DA NOTA JURÍDICA ORIENTADORA N. 4.292/2015. O objeto do Parecer AGE n. 15.333/2014 foi a atualização dos valores das multas ambientais cominadas no Anexo I do Decreto 44.844/08, que, autorizado pelo art. 15 da Lei Estadual n. 7.772/80, tipifica condutas infracionais por atividades lesivas ao meio ambiente e fixa, além de outras sanções administrativas, multas ambientais em moeda corrente, o Real, cuja atualização pela UFEMG é determinada pelo art. 16, 5º, da mesma Lei n. 7.772/80, o que é diverso da correção monetária e dos juros que incidem após a aplicação da multa, devendo ser calculados de acordo com o art. 48, 3º, do Decreto 44.844/08 e, a partir de 01/01/2015, com o Decreto n. 46.668/14 e com a Lei n. 21.735/2015 (Parecer AGE 15.772/2016).

A Nota Orientadora n. 4.292/2015, que integra o parecer acima destacado, assim dispõe:

(...) O entendimento é pela incidência de juros desde o vencimento original do débito, ficando a exigibilidade, como sinônimo de inadimplemento e mora efetiva, com lesão ao direito, fazendo nascer a pretensão de exigir o pagamento, somente para o momento em que tiver sido definitivamente constituído o crédito, com o trânsito em julgado da decisão administrativa.

Desse modo, verifica-se que a incidência de juros é devido desde o vencimento original do débito, que ocorre no 21º dia após a ciência da lavatura do auto de infração. Não há como, nessa via, acolher o pedido da recorrente, tendo em vista que este órgão ambiental resta vinculado ao parecer emitido pela Advocacia Geral do Estado.

6 – Atenuantes

Alega o atuado fazer jus aos benefícios do art. 68, I, do Decreto 44.844/08.

No entanto, a documentação apresentada não comprova que à época dos fatos havia preservação de nascentes e matas ciliares, isto é, a própria recorrente afirma que o relatório fotográfico retrata a realidade atual do local.

Ademais, o relatório trazido pela atuada não se encontra assinado por técnico com



capacidade técnica para afirmar a preservação exigida pela legislação ambiental para a aplicação da atenuante.

Desse modo, não há falar em redução da multa, tendo em vista que os benefícios do art. 68, I, do Decreto 44.844/08 não são aplicáveis ao caso sob comento.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, remetemos os autos à URC competente, nos termos do parágrafo único do art. 73 do Decreto Estadual nº 47.042/2016, sugerindo o NÃO PROVIMENTO do recurso apresentado e a manutenção da decisão recorrida.

S.m.j., é o parecer.